

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 040/2019, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2019, EM BRASÍLIA/DF.

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, no Clube do Exército de Brasília, situada à SCES trecho 2, conjunto 23, Brasília - DF realizou-se a Reunião Presencial da Audiência Pública nº. 040/2019, que tem como objetivo obter referentes às regras aplicáveis à micro e mini geração distribuída para a elaboração da minuta de texto à Resolução Normativa nº 482/2012 e à seção 3.7 do Módulo 3 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRODIST). Compuseram a mesa: **André Pepitone da Nóbrega**, Diretor-Geral da ANEEL; **Rodrigo Limp Nascimento**, Diretor da ANEEL e Presidente desta audiência; **Carlos Alberto Calixto Mattar**, Superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD; **Davi Antunes Lima**, Superintendente de Gestão Tarifária; **Luiz Eduardo Diniz Araújo**, Procurador-Geral da ANEEL; e **Fernando Suares Ferreira Miranda**, Analista Administrativo da Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública (SMA) e Secretário da Reunião Presencial. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: a reunião foi aberta pelo Diretor-Geral da ANEEL, **André Pepitone da Nóbrega**, que saudou a todos e destacou a presença de algumas autoridades: Deputado Federal **Lafayette de Andrada**, Deputado Federal **Evandro Roman**, Deputado Estadual de Minas Gerais **Gil Pereira** e Deputado Estadual do Rio Grande do Sul **Fábio Branco**. Esclareceu o objetivo da audiência e convidou a todos para contribuírem com a norma em discussão, que será editada em breve. Em seguida o Diretor da ANEEL e Presidente da Audiência, **Rodrigo Limp Nascimento**, cumprimentou os presentes, esclareceu o objetivo da audiência e convidou a todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional Brasileiro. Esclareceu em seguida os procedimentos e critérios da reunião presencial e passou a chamar os expositores inscritos. Foi concedida a palavra inicialmente a Sua Excelência o Deputado Federal **Lafayette de Andrada**. Disse que a proposta da ANEEL é de modificar a REN 482/2012, a qual trouxe diversos incentivos para a geração distribuída fotovoltaica. Disse que políticas públicas de incentivos a setores estratégicos da nação devem ser propostas pelo Poder executivo e foge, portanto, da competência da ANEEL. Disse que tem uma lista de assinatura de diversos parlamentares propondo que a ANEEL realize, no mínimo cinco audiências públicas em outras regiões do Brasil para tratar do tema. Propôs ainda que a ANEEL se abstenha tomar qualquer decisão antes do Poder Executivo tomar a decisão acerca da política estratégica para o setor. Em seguida foi concedida a palavra a Sua Excelência o Deputado Estadual de Minas Gerais **Gil Pereira**. Iniciou reiterando a necessidade de realizar mais audiências públicas acerca do tema em outros estados. Disse que em Minas Gerais foi criada uma Lei que isenta da cobrança de ICMS as usinas de até 5MW. Disse que foram criadas pequenas e médias empresas que geraram seis mil empregos diretos e indiretos. Questionou quanto vale para a ANEEL a água das hidrelétricas, a inovação para o país. Destacou que foram gastos no ano passado duzentos e cinquenta bilhões de reais em subsídios, que foram para as grandes empresas, inclusive a Petrobras. Afirmou que a política pública cabe ao Governo Federal e que a ANEEL deve ter sensibilidade. Disse que, se existe o subsídio, a ANEEL deve levar em conta os benefícios da tecnologia nova para o meio ambiente e para a geração de empregos no Brasil. Na sequência foi dada a palavra a Sua Excelência o Deputado Estadual do Rio Grande Sul **Fábio Branco**. Iniciou dizendo que é Presidente da Frente Parlamentar da Indústria Gaúcha. Disse que o Setor cresce 10% ao ano e é necessário incentivar o desenvolvimento. Disse que o Rio Grande do Sul criou incentivos tributários e políticas públicas para gerar desenvolvimento, permitindo a energia solar chegar a diversos lugares. Disse que o setor está em estágio inicial de desenvolvimento e uma taxa excessiva “mataria” o setor. Solicitou que a ANEEL realize uma audiência no Rio Grande do Sul para discutir o tema. Solicitou ainda que sejam apresentados os estudos completos da ANEEL que levaram a proposição da Alternativa Cinco. Solicitou um prazo



maior para Consulta Pública. Disse ser contrário à Alternativa Cinco, mas está aberto à discussão de tema tão relevante para a sociedade. O Diretor da ANEEL **Rodrigo Limp Nascimento** destacou a presença do Deputado Estadual de Sergipe Luciano Azevedo Pimentel e passou a palavra ao Sr. **Rodrigo Sauaia**, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – ABSOLAR. Disse que o setor de geração solar fotovoltaica ficou perplexo diante da mudança de rumos proposta pela ANEL em quinze de outubro de dois mil e dezenove. Disse que a nova metodologia desequilibrou a análise do efetivo valor da geração distribuída para o Brasil. Disse que a ABSOLAR produziu documento em que considera os custos e benefícios da geração distribuída de forma justa e equilibrada. Disse que têm que ser levados em conta os benefícios elétricos, energéticos, econômicos, sociais e ambientais para a nossa sociedade. Afirmou que será necessário inovar, pois a legislação atual não “abraçou” a geração distribuída como deveria. Destacou que o consumidor de geração distribuída não é um consumidor habitual, visto que: gera energia elétrica; reduz perdas na transmissão e distribuição; alivia o sistema no horário de pico; posterga investimentos em geração, transmissão e distribuição; ajuda o país a diversificar sua matriz energética com mais fontes renováveis; traz mais segurança energética; diminui o despacho de termelétricas; aumenta a competitividade do setor produtivo; contribui para a arrecadação dos governos, gera renda e empregos; contribui para a diminuição da emissão de gases causadores do efeito estufa; alivia o uso de águas e terras. Disse que o momento é inapropriado para alterar a regra e é necessário que haja segurança jurídica. Afirmou que o setor solar fotovoltaico está esperançoso de que possa ser encontrada uma solução de equilíbrio para a geração distribuída possa continuar contribuindo com o desenvolvimento do nosso país. O Diretor da ANEEL **Rodrigo Limp Nascimento** destacou a presença do Deputado Federal **Silas Câmara**, Presidente da Comissão de Minas e Energia, e passou a palavra ao Sr. **Marcos Delgado**, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADDEE. Disse que nos últimos sete anos os ganhos de tecnologia de inovação, os ganhos de escala e a competição reduziram significativamente o preço dos equipamentos, apontando para a sustentabilidade do segmento. Citou o exemplo da Alemanha, que adaptou e aperfeiçoou suas políticas públicas acerca da geração distribuída, de modo a evitar distorções. Destacou que há uma complementariedade do sistema eletroenergético, devendo haver planejamento integrado. Hoje existe o uso da rede distribuição e não pagar essa conta implicaria em aumento de tarifas para os demais consumidores. Disse que a ABRADDEE e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC apresentaram uma proposta ao Poder Concedente no início desse ano. Explicou que a proposta consiste no aperfeiçoamento da geração distribuída, utilizando recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Disse que foi apresentado ao Ministro de Minas e Energia um documento, um marco regulatório para tratar do prosumidor, seria a GD 2.0. Em seguida foi concedida a palavra a Sua Excelência o Deputado Federal **Silas Câmara**. Iniciou destacando a importância do trabalho realizado pela ANEEL para o Brasil. Disse que a Consulta da ANEEL não é uma resolução ainda, é uma oportunidade para dialogar e achar a medida certa para o setor de geração distribuída desenvolver-se de forma sustentável e com segurança jurídica. Afirmou que a solução definitiva não está em uma resolução da ANEEL e sim no Poder Legislativo. Destacou que existem quase quarenta proposições tramitando no Congresso Nacional acerca da geração distribuída. Disse que é necessário olhar para o futuro e disse que em nenhum momento faltou espaço para diálogo entre o Parlamento e a ANEEL. Disse que a solução definitiva para o setor é a Câmara instituir uma Comissão Especial para reunir todas as proposições atualmente em tramitação no Legislativo acerca do tema e, a partir daí, criar uma legislação que permita ao setor desenvolver-se com segurança e gerando empregos. Disse que no seu Estado, Amazonas, a pressão hoje é para que se possa levar energia elétrica às áreas isoladas por meio da geração solar fotovoltaica. Disse estar lutando para que o dinheiro disponível no programa Luz para Todos possa ser direcionado para geração solar fotovoltaica. Ressaltou que não há possibilidade de a



ANEEL editar qualquer resolução sem que se feche a audiência pública e sem que as contribuições sejam consideradas. Disse que a solução definitiva para que haja segurança jurídica é a lei e o local para isso é no Congresso Nacional. Lembrou que a Comissão de Minas e Energia realizou uma audiência pública histórica e que abriu um momento novo de diálogo entre ANEEL, Governo federal e Poder Legislativo acerca do tema. Relatou que esteve recentemente com o Ministro de Minas e Energia, **Almirante de Esquadra Bento Albuquerque**, e ele disse que a solução definitiva passa pelo Congresso Nacional. Concluiu dizendo que através do diálogo tudo dará certo. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Carlos Evangelista, Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD. Iniciou dizendo que a ABGD representa a geração distribuída oriunda de todas as fontes renováveis de energia e que não se pode abrir mão de nenhuma fonte renovável em nosso país. Disse que tem muito orgulho dos quarenta e cinco mil empregos criados pelo setor nos últimos anos e das vinte mil empresas que atuam no setor. Disse ainda que existem oitenta e quatro milhões de brasileiros tolhidos de seu direito de gerar energia com custo mais barato do que as distribuidoras entregam. Disse que hoje no Brasil existem cento e trinta mil sistemas instalados e isso corresponde a 0,2% da matriz elétrica, número muito inferior a outros países. Disse que o Brasil tem que acompanhar o resto do mundo e dar ao consumidor o direito de gerar a própria energia. Disse que não é verdade que a geração distribuída é somente para quem tem dinheiro. Destacou que existe um projeto no vale do Jequitinhonha de inserção de mais de um milhão de pessoas de baixa renda em programas de geração distribuída. Citou outros projetos e disse que no Brasil existem setecentos e cinquenta mil prédios públicos da União que poderiam utilizar geração distribuída para baixar sua conta de energia. Disse que um dos setores mais prejudicados pela proposta da ANEEL foi o de agronegócio, um dos maiores responsáveis pelo PIB brasileiro. Falou que o Brasil tem treze milhões de desempregados e não pode abrir mão de uma das áreas que mais gera empregos no mundo. Disse que vivemos em um país liberal e um dos pilares do liberalismo é a livre iniciativa. Disse que outros pilares são a estabilidade regulatória e a soberania do consumidor sobre o mercado. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Rosimeire Cecília da Costa**, Presidente do Conselho de Consumidores da Energisa Mato Grosso do Sul. Relatou que esteve por diversas vezes no Congresso Nacional para tratar de assuntos de interesse dos consumidores de energia elétrica e que nas conversas os parlamentares afirmavam categoricamente que não apresentariam qualquer projeto que onerasse as tarifas, mesmo que fosse em centavos. Lembrou que a Lei 9074/1995, que trata das concessões, estabelece que as políticas de governo devem ser apontadas no Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, devendo a lei que o criar indicar a origem desses recursos. Lembrou que a audiência pública que trata da CDE encontra-se em andamento e vai impactar em 2,42% as contas de todos os consumidores de energia elétrica. Ressaltou que é necessário olhar para os consumidores de baixa renda. Disse que é necessário que o Congresso legisle, mas que indique as fontes de recursos. Relatou que esse ano houve um dos maiores reajustes da história na área de concessão da Energisa Mato Grosso do Sul (12,47%). Disse que é necessário que não se “mate” a geração distribuída, mas não se pode onerar os demais consumidores. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Newton Duarte**, Presidente da Associação da Indústria de Cogeração de Energia – Cogen. Iniciou dizendo que a geração distribuída está propiciando uma nova maneira de enxergar o setor elétrico. Disse que há uma divergência entre o setor elétrico e os consumidores que aprenderam a gerar a própria energia e que é necessário repensar o setor elétrico no Poder Executivo e no Legislativo. Em seguida foi concedida a palavra a Sua Excelência o Deputado Estadual de Sergipe **Luciano de Azevedo Pimentel**. Iniciou dizendo que é autor de uma lei no Estado de Sergipe que cria uma política estadual de geração de energia solar fotovoltaica. Disse que proposta da ANEEL inviabiliza todos os pequenos geradores que estão com processo em andamento. Disse que o Brasil tem carência de energia e há um potencial enorme de geração de energia solar fotovoltaica. Disse que o grande problema no Brasil é a insegurança jurídica para



quem quer empreender. Disse que a geração solar é o equivalente a geração de Angra e quem investe na energia solar são as pessoas. Disse que foi votada e aprovada pela Assembleia Legislativa de Sergipe uma moção de repúdio a proposta da ANEEL de alteração da REN 482/2012. Disse que não é o momento para alteração, é o momento para crescer e ofertar mais energia limpa para o nosso país. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Guilherme Susteras**, Diretor-Presidente da Compartisol. Disse que o AIR publicado pela ANEEL previa um crescimento acelerado do setor de geração distribuída, o que reforçava a necessidade de revisão da norma. Solicitou que a ANEEL mantenha a regra atual para a geração compartilhada até que atinja um volume significativo. Disse que as projeções de impacto feitas pela ANEEL e pelo MME não vão se concretizar, pois é necessário considerar todos os benefícios da geração distribuída, inclusive os de longo prazo. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Mariza Bozetto**, Diretora-Presidente da Nova Palma Energia. Iniciou dizendo que o momento é de reflexão. Disse que a Associação Brasileira das Empresas de Menor Porte – ABRADEMP, solicitou reunião com a Comissão de Minas e Energia, mas teve seu pedido negado. Disse que é feita propaganda em todo o país para que as pessoas instalem painéis solares e “zerem sua conta”. Disse que a energia solar não tem lastro, pois não há energia à noite ou em dias chuvosos. Questionou quem vai pagar pelo uso do sistema de distribuição, pois quem está com placas solares são os consumidores com grande poder aquisitivo. Disse que essa conta está sendo imputada aos consumidores menos favorecidos. Em seguida foi concedida a palavra a Sua Excelência o Deputado Estadual do Maranhão **Duarte Júnior**. Solicitou que seja realizada audiência pública também no Estado do Maranhão. Relatou que durante muito tempo atuou como Presidente do Procon no Maranhão e Presidente do Procon na Região Nordeste e testemunhou que a ANEEL não se preocupa com a qualidade e com a universalização da energia elétrica. Disse que a população paga uma tarifa cara, inclusive com bandeira tarifária vermelha, e a ANEEL deveria incentivar a geração distribuída e não apresentar uma proposta que vai contra o que ocorre no resto do mundo. Lembrou que os direitos básicos do consumidor estão estabelecidos na Constituição Federal e que esses direitos devem ser garantidos, pois a Lei 8078/1990 coloca como direito fundamental do consumidor a livre escolha e a proposta da ANEEL retira isso do consumidor. Afirmou ainda que a proposta fere a livre iniciativa dos empresários, a qual também está prevista na Constituição Federal. Disse que é necessário incentivar a consumação de energia limpa não só sob o aspecto econômico, mas sob o aspecto social e ambiental. Disse que a proposta da ANEEL taxará os empreendedores de geração distribuída em até 63%. Disse que a bancada federal do Estado do Maranhão está apoiando a geração de energia limpa e agradeceu a iniciativa do Deputado Federal pelo Estado do Maranhão Zé Carlos pela iniciativa em levar a tribuna a proposta da ANEEL. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Paulo Arbex**, Presidente da Associação Brasileira de PCHs e CGHs – ABRAPCH. Iniciou dizendo que a ABRAPCH participou de todas as audiências e foi pega de surpresa pela guinada radical que houve entre primeira proposta da ANEEL e a atual. Disse que a atual proposta “mata” a geração distribuída remota. Disse que nos últimos trinta anos os agentes mais poderosos conseguiram aprovar uma série de subsídios e benefícios que causaram distorções no Setor Elétrico. Disse que o Brasil é um dos poucos países no mundo onde o pequeno gerador subsidia o grande gerador, o gerador limpo e renovável subsidia o fóssil e o pequeno consumidor subsidia o grande consumidor. Disse do início dos anos noventa até o ano de dois mil e dezesseis a tarifa de energia elétrica no Brasil aumentou, tornando-se a quarta mais cara do mundo, e ressaltou que a geração distribuída não tem responsabilidade nenhuma sobre isso. Disse que no setor elétrico observa-se muito as projeções e não a realidade. Disse que é necessário olhar para onde está indo o dinheiro do setor elétrico, onde os custos estão sendo alocados. Disse que todos querem um setor elétrico justo, equilibrado e com regras claras, mas é necessário consertar o passado, fazendo auditoria dos números históricos. Solicitou que a ANEEL olhe a questão do subsídio cruzado de uma forma mais ampla e justa. Em seguida foi concedida



a palavra ao Sr. **Rodrigo Marcolino**, Diretor da Axis Renováveis. Iniciou relatando que participou de todas as audiências acerca do tema e sempre trouxe temas mais técnicos para a discussão como Fator de Simultaneidade e Fator de Vizinhança. Disse que o setor elétrico movimentava bilhões e é comandado por grandes grupos econômicos. Disse que é difícil ter uma oportunidade de empreender no setor elétrico e a geração distribuída vem se colocando como vetor de empreendedorismo dentro do setor elétrico. Pediu que o empreendedorismo no Brasil seja levado em consideração no momento da tomada de decisão e que os benefícios da geração distribuída sejam adequadamente precificados e considerados pela ANEEL. Na sequência foi concedida a palavra ao Sr. **Ricardo Vidinich**, Presidente do Conselho de Consumidores da Copel. Disse que sua preocupação é quanto ao custo da energia, o preço final para os consumidores. Disse que a tarifa final para o consumidor B1 no Estado do Paraná é de 798R\$/MWh e fez uma simulação em que metade das pessoas têm geração distribuída e metade não tem. Disse que na Alternativa Zero quem tem geração distribuída pagaria zero e quem não tem pagaria R\$1223/MWh. Disse que houve queda expressiva nos valores das placas solares e no preço dos leilões de energia realizados pela ANEEL. Afirmou que os custos imputados aos consumidores que não tem geração distribuída são muito altos. Disse que brigou em seu Estado para que houvesse isenção de impostos para quem gera energia solar, porém os impostos seriam arcados pelos demais. Solicitou auxílio do Congresso Nacional na questão tributária. Lembrou que o risco hidrológico é pago pelos consumidores. Disse que há sobra de energia porque o país está em recessão econômica. Disse que a ANEEL deve ser transparente e deve imputar os custos às pessoas corretas. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Bárbara Rubim**, Diretora da Bright Strategies. Disse que a REN 482/2012 criou um mercado e que esse mercado cresceu e esteve sempre disposto a dialogar. Disse que esperava que a audiência fosse transmitida pela internet, mas está sendo feita a transmissão online por iniciativa própria do setor de geração distribuída. Disse que ANEEL não está considerando todos os benefícios da geração distribuída e citou Nota Técnica da ANEEL que diz que não escopo da ANEEL calcular os benefícios que a geração distribuída traz ao setor elétrico. Solicitou que ANEEL faça um novo cálculo considerando todos os benefícios da geração distribuída. Disse que o país necessita se reerguer de uma crise econômica, atrair investidores e se recuperar dos desastres ambientais que assolaram o país e, portanto, a geração distribuída deve ser reconhecida pelos seus benefícios sociais e ambientais. Disse que a Nova Palma Energia já foi denunciada pela Absolar à ANEEL pelas informações caluniosas. Solicitou que a ANEEL garanta a segurança jurídica para que os investimentos em geração distribuída continuem acontecendo. Em seguida foi concedida a palavra a Sua Excelência o Senador **Major Olímpio**. Iniciou dizendo-se preocupado com a discussão do tema geração distribuída. Relatou que houve uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado e foi solicitado à ANEEL uma nova data para a realização da presente audiência pública e a ANEEL não atendeu. Disse que já foi solicitada uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos para discussão do tema. Disse que é necessário mudar a configuração das Agências Reguladoras para que as Agências tenham papel de regulador e não de lobista de setor. Disse que o Senado fará toda a força para que não se piore a vida dos brasileiros. Afirmou que investir em energia limpa e renovável é fundamental e o Brasil não pode ir contra o que está ocorrendo em todo o mundo. Disse que o Brasil tem um grande potencial de geração de energia solar e que o Senado não vai permitir a taxa absurda ao sol. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Luís Thiago Lúcio**, representante da CIBIOGÁS. Iniciou dizendo ser uma surpresa o biogás não ser contemplado nesse processo. Disse que um projeto de biogás no interior de São Miguel do Iguazu – PR foi que ensejou a REN 482/2012. Disse que não foram consideradas as especificidades de cada região do país e nem as características de cada fonte de energia. Disse que o biogás, diferente da energia solar, parte de um problema das propriedades rurais. Falou que os produtores rurais sofrem com a má qualidade da energia e tem que procurar destino para os resíduos que produzem. Afirmou que o biogás pode



ser armazenado e utilizado no período noturno. Disse que os produtores de suínos têm grande potencial de geração de energia elétrica a partir dos resíduos. Lembrou que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, que o Brasil é o quarto lugar do mundo em suinocultura e que é o primeiro em avicultura. Disse que, se a energia solar está “engatinhando”, a de biogás é apenas um “embrião”. Solicitou que o marco regulatório a ser criado pelo Congresso Nacional acerca da geração distribuída trate das especificidades de cada fonte de energia. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Carlindo Lins**, Presidente do Conselho de Consumidores da Celpa. Iniciou dizendo que o assunto ainda não está amadurecido o suficiente, é um assunto polêmico e oriundo de uma Resolução que nasceu de maneira equivocada. Solicitou que sejam feitas outras audiências e que ao final seja feita uma Resolução que atenda a toda a sociedade. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Ricardo Costa**, CEO da GD Solar. Iniciou solicitando à ANEEL que reconsidere a aplicação da alternativa cinco na revisão da REN 482/2012. Disse que a geração distribuída é uma tecnologia nova e que veio quebrar diversos paradigmas. Disse que o sistema regulatório atual com a estrutura tarifária vigente não permite que a ANEEL reconheça todos os benefícios da geração distribuída. Ressaltou que países com o potencial para geração solar bem inferior ao Brasil estão investindo muito em geração distribuída. Pediu que o Congresso Nacional não permita que a alternativa proposta pela ANEEL seja aprovada e que o assunto seja amplamente discutido com toda a sociedade para ter uma solução sustentável e não impeça o desenvolvimento da geração distribuída. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Heber Claudio Galarce**, Diretor de Relações Governamentais da ABGD. Iniciou dizendo que há quatro meses o setor vem estabelecendo um diálogo com o Governo Federal. Disse que estiveram por duas vezes com o Ministro de Minas e Energia e estiveram também no Ministério da Economia. Disse que a vontade do setor é de possibilitar a energia limpa e mais barata a todos os brasileiros. Parabenizou o Presidente da República e seus Ministros pela arrecadação com o Leilão do Pré-Sal. Lembrou que o Deputado **Lafayette de Andrada** é relator do Projeto de Lei que tem o objetivo de criar o Código Brasileiro de Energia Elétrica. Disse que estão juntos com o Congresso Nacional em uma discussão ampla para a criação de um novo marco regulatório para o setor elétrico. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Yuri Schmitke**, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos – ABREN. Iniciou dizendo que a geração distribuída é extremamente relevante para o desenvolvimento do Brasil. Disse que é necessário que a ANEEL faça uma análise que considere todos os custos com o despacho centralizado. Disse que devem ser avaliadas todas as fontes de geração distribuída e não somente a solar. Disse que o Brasil possui duas tecnologias de ponta no tratamento térmico de resíduos. Questionou a limitação de 5MW na proposta, visto que uma incineradora de resíduos pode chegar até a 80MW e pode gerar no centro de uma cidade. Afirmou que essa energia não onera a rede de distribuição e traz um impacto ambiental positivo para a sociedade. Disse que os resíduos são responsáveis por 11% das emissões de gases que causam o efeito estufa e que o tratamento térmico de resíduos reduz em oito vezes as emissões desses gases. Disse que não falta tecnologia e nem investidores, o que falta é as instituições entenderem o problema e tragam condições favoráveis para que haja segurança jurídica para essa fonte de geração tão importante. Destacou que no Brasil são gerados oitenta milhões de toneladas de resíduos todos os anos, que causam problemas ambientais e poderiam ser utilizados para geração de energia elétrica. Em seguida foi concedida a palavra a Sua Excelência o Deputado Federal **José Carlos Schiavenato**. Iniciou dizendo que a balança comercial do país tem dado um saldo positivo principalmente em função do que se produz no campo. Disse que hoje há muita utilização de tecnologia nas propriedades rurais e isso demanda energia elétrica de qualidade. Afirmou que o homem do campo está investindo em energia solar porque ele precisa de energia de qualidade. Disse que as distribuidoras não levam energia com qualidade às áreas rurais e as interrupções causam grande prejuízo aos produtores. Disse que os



produtores rurais estão investindo em energia solar por necessidade de ter uma energia com qualidade. Disse que é necessário olhar também para o aproveitamento dos dejetos da suinocultura e avicultura para geração de energia. Exemplificou que em uma propriedade com cinco mil suínos é possível obter um lucro de quinze mil reais por mês com a geração de energia a partir dos resíduos. Citou o caso de sucesso de Entre Rios do Oeste – PR onde dezenove produtores se juntaram para gerar energia a partir dos dejetos da suinocultura fazendo com que os prédios públicos do município se tornassem autossuficientes em energia elétrica. Citou outros exemplos de aproveitamento de resíduos para geração de energia. Disse que o Congresso nacional irá legislar em benefício da sociedade e com segurança jurídica para quem investe em geração distribuída. Disse que é necessário proteger o homem do campo para produzir mais e com energia de qualidade. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Nathália Nóbrega**, Analista de Regulação da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – ABRAGEL. Solicitou que para os empreendimentos existentes sejam mantidas as regras vigentes por vinte cinco anos, como havia sinalizado a ANEEL. Solicitou que não haja alteração da regra vigente relacionada à manutenção dos vinte cinco anos quando ocorrer alteração de titularidade. Disse que, com relação à geração remota, não faz sentido pagar a TUSD Encargo, pois o investidor em geração distribuída já está investindo com recursos próprios na expansão do sistema. Disse que é necessário revisar a REN 482/2012 com relação ao consumo mínimo, pois nesse caso o consumidor de geração distribuída estaria pagando duas vezes. Na sequência foi dada a palavra a Sra. **Natali Nunes dos Reis da Silva**, Representante do Programa Oeste em Desenvolvimento. Iniciou dizendo estar representando o setor de biogás. Disse que o biogás é uma energia despachável, armazenável e não intermitente. Disse que o biogás está mais disponível no meio rural, o qual sofre com a qualidade de energia elétrica. Disse que a geração de energia através do biogás transforma um passivo ambiental em ativo energético, apoiando assim a cadeia sustentável do agronegócio. Disse que existem no Brasil cento e oitenta e duas plantas de biogás instaladas em geração distribuída, dentre as quais cento e seis estão no meio rural. Disse que o custo de operação da geração através do biogás é muito maior do que a da energia solar fotovoltaica. Disse que devem ser analisadas as especificidades de cada fonte e o local onde estão instaladas. Solicitou o apoio dos Deputados e Senadores para a consolidação do biogás na cadeia de energia elétrica do país. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Jonas Becker Paiva**, Diretor da Eco Energia. Iniciou fazendo referência ao discurso da Diretora da ANEEL **Elisa Bastos** em sua sabatina no Senado Federal ocorrida no fim de dois mil e dezoito. Disse que espera fortemente que a ANEEL siga as palavras da Diretora, fortalecendo a geração distribuída e olhando para o desenvolvimento do Brasil. O Diretor-Geral da ANEEL, **André Pepitone da Nóbrega**, agradeceu a presença do Deputado Federal **Rubens Bueno** e em seguida concedeu a palavra ao Sr. **Diego Bonaldo**, Diretor de Indústrias da Associação Comercial e Empresarial de Toledo – PR. Disse que a geração distribuída está em crescimento exponencial e a alteração na REN 482/2012 irá impactar diretamente o empreendedor de geração distribuída. Disse que essas empresas são um contraponto à falta de investimento público na geração de energia. Disse que não se pode falar em subsídio aos pequenos produtores de energia, pois as grandes distribuidoras não conseguem produzir uma energia de qualidade. Disse que a geração distribuída é o futuro do nosso país. Lembrou que a energia solar tem gerado empregos e destacou a importância do biogás nas propriedades rurais. Disse que não é hora de mudar a norma. Em seguida foi concedida a palavra a Sua Excelência a Deputada Distrital **Julia Lucy**. Iniciou dizendo que não é possível aceitar que a Agência Reguladora inove no mundo jurídico e queira mudar as regras para os contratos vigentes. Disse que a Bancada Federal do seu partido já está empenhada para que sejam mantidas as regras pelo menos para os contratos que já foram celebrados. Disse que a mudança de regras durante a vigência dos contratos é o principal problema para se empreender no Brasil. Disse que não se pode perder a oportunidade de colocar o Brasil na vanguarda do mercado de



energia solar. Na sequência foi concedida a palavra ao Sr. **Fabiano Carvalho**, Superintendente da Neoenergia. Iniciou dizendo que a Neoenergia é totalmente a favor da geração distribuída a partir de fontes renováveis e que estão entre os maiores investidores nessas fontes no Brasil e no Mundo. Disse que apoia também uma redução nos subsídios para que haja uma racionalização da tarifa que beneficie a todos os consumidores. Disse que a regulamentação atual da ANEEL gera um subsídio cruzado que não é transparente e que é pago pelas distribuidoras e demais consumidores. Afirmou que a redução do preço dos painéis solares nos últimos anos tornou esse subsídio excessivo e a prova disso é o crescimento exponencial da geração distribuída. Explicou que quem tem painéis solares utiliza a rede elétrica também. Nos casos em que a geração se dá em local diferente do consumo, disse que a utilização fica ainda mais evidente. Disse que a discussão, portanto, é que a geração distribuída utiliza a rede e não paga de forma proporcional por essa utilização. Falou que internacionalmente já é consenso que o sistema de compensação adotado no Brasil não corresponde à melhor prática regulatória. Disse que a solução mais adotada internacionalmente é que se pague pelo consumo efetivo através da rede de distribuição e no momento em que a energia gerada pelo consumidor é injetada no sistema, esse receba o valor devido. Afirmou que esse seria o processo mais justo e que não onera a sociedade. Lembrou que a ANEEL desde o início já previa a revisão da REN 482/2012 e desde dois mil e quinze vem discutindo o tema com a sociedade. Disse que é preciso interromper esse modelo que transfere renda das classes menos favorecidas, que não tem condições de comprar esses painéis, para os consumidores de maior poder aquisitivo. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Tiago Vianna de Arruda**, Diretor da Oeste Solar. Disse que seria bom que a ANEEL mantivesse os benefícios atuais por pelo menos vinte e cinco anos para os contratos vigentes, garantindo assim a segurança jurídica. Solicitou ainda a alteração do dispositivo que trata da troca de titularidade, pois não é razoável que se perca o benefício pela simples troca de titularidade. Disse que desde dois mil e dezesseis os valores injetados na tarifa decorrentes das perdas no setor elétrico foram da ordem de doze bilhões de reais. Disse que a taxação em cima da energia solar está sendo desproporcional e que a energia solar traz benefícios claros e transparentes, pois a energia que é injetada pela geração distribuída tem perda próxima a zero, pois é consumida na própria residência ou no vizinho. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Fernando Costa**, Diretor da G5 Solar. Iniciou dizendo que mora em Minas Gerais em uma região que se localiza a Universidade Federal de Itajubá, uma das mais antigas faculdades de Engenharia Elétrica do país. Informou que anualmente são criadas mais de dez mil teses de mestrado e doutorado pelo Brasil cuja temática é geração distribuída. Disse que, se aprovada a proposta da ANEEL, as pessoas terão que rasgar suas teses e ir trabalhar em outro setor. Ressaltou que nunca foram contratados tantos mestres e doutores quanto agora para atuar no mercado de geração distribuída. Afirmou que a geração distribuída gera emprego, distribui renda, distribui igualdade e “de quebra” gera energia elétrica. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Vinicius Garcia**, Presidente da AESOLMG. Iniciou dizendo que a proposta de alteração da norma é precoce. Disse que países como Estados Unidos e Alemanha mudaram a legislação somente quando a matriz energética estava mais consolidada. Disse que se for aprovada a Alternativa Cinco proposta pela ANEEL a energia solar será inviabilizada como ocorreu na Espanha. Solicitou que seja mantida a Alternativa Zero até que a geração distribuída represente pelo menos 5% da matriz energética. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **José Vitor**, Gerente de Suporte da Renovigi. Disse que hoje a Renovigi tem mais de seis mil empresas parceiras, mais de cento e setenta colaboradores e gera mais de vinte mil empregos diretos e indiretos. Disse que as seis mil empresas parceiras estão muito preocupadas com o cenário atual, pois a proposta da ANEEL gerou uma insegurança jurídica. Disse que é mais fácil taxar a geração distribuída do que reconhecer seus benefícios para a rede local e para a sustentabilidade social. Afirmou que o consumidor quer ser prosumidor e que os modelos arcaicos estão com os dias contados. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Marina Meyer Falcão**,



Advogada da Federação das Indústrias de Minas Gerais. Citou as falas de expositores anteriores, destacando os benefícios da geração distribuída em suas diversas fontes. Disse que é importante lutar pela criação do Código Brasileiro de Energia Elétrica e inserir um capítulo para tratar da geração distribuída. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Plínio Pereira**, Presidente da Associação Mineira de Fomento das Pequenas Centrais Hidrelétricas – AMIPCH. Iniciou dizendo que em sete anos a geração distribuída cresceu 0,3% e demoraria dezessete anos para chegar a 5% da matriz energética. Disse que os benefícios indiretos da geração distribuída não foram computados pela ANEEL. Disse que essa alteração da norma não deveria ser proposta pela ANEEL e sim pelo Congresso Nacional juntamente com Ministério de Minas e Energia. Disse que as mudanças propostas pela ANEEL estão baseadas em uma premissa equivocada de que as pessoas que não tem geração distribuída subsidiam os que possuem. Disse que isso se deve por não se considerar os benefícios indiretos da geração distribuída. Propôs que o processo seja suspenso e recomece do zero. Disse a proposta da ANEEL causaria o fim da geração distribuída. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Ricardo de Pina Martin**, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica de Menor Porte – ABRADEMP. Iniciou dizendo que as distribuidoras não são contra a geração distribuída e que essa nova fonte tem que ter subsídio. Lembrou que dentro da conta de energia elétrica há diversos subsídios, os quais são bancados por todos os brasileiros. No entanto, disse que esses subsídios são quantificados pela ANEEL, colocados na tarifa e pagos por todos os consumidores. Disse que as distribuidoras são contra a forma que o subsídio à geração distribuída é feito dentro da REN 482/2012. Disse que o desequilíbrio financeiro está sendo absorvido pelas distribuidoras no momento, porém será incluído na próxima revisão tarifária. Propôs que se crie uma espécie de PROINFA 2 para a geração distribuída ou que ANEEL quantifique esse subsídio e inclua na CDE. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Mateus Gomes de Siqueira e Salles**, Consultor da Greener. Disse que Greener produziu análises do impacto que as alterações propostas podem ter na rentabilidade dos sistemas solares fotovoltaicos. Disse que os sistemas residenciais podem sofrer aumento de até 50% em seu tempo de retorno dos investimentos, se considerada a Alternativa Dois, e esse valor sobe para 100%, se considerada a Alternativa Cinco. Disse que um acréscimo dessa proporção na taxa de retorno do investimento desestimula os consumidores que querem gerar sua própria energia. Disse que a Alternativa Cinco proposta pela ANEEL inviabiliza o modelo de geração remota e o pior cenário seria na geração compartilhada, onde haveria uma diminuição de 17% na taxa de retorno. Disse que a proposta da ANEEL pode reduzir em 50% o crescimento esperado do mercado de geração distribuída e comprometem sim a sustentabilidade do mercado. Disse que outro impacto seria a quebra da curva de aprendizagem do setor. Afirmou que o desenvolvimento da geração distribuída é pilar fundamental para o processo de transição energética pelo qual o Brasil está passando. Disse que a descentralização e os avanços tecnológicos continuarão trazendo maior eficiência e proporcionarão um consumo mais inteligente. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Filipe Barone Amaral**, Diretor da Liberum Energia. Com relação às fontes hidrelétricas e de biogás, disse que são de dois a três anos para obter o licenciamento ambiental e há grande dificuldade em obter o parecer de acesso com as distribuidoras. Relatou que em dois mil e dezesseis criaram uma empresa baseada em um modelo de negócios de locação de usinas para consumidores cativos, de modo que eles pudessem gerar a própria energia, com base na REN 687/2015. Disse que de um portfólio de 20MW de empreendimentos de geração remota só conseguirá viabilizar 10 MW, caso a proposta da ANEEL seja aprovada. Disse que uma Central Termelétrica a Biogás tem tempo útil de vida dos motores de quinze anos e um prazo de retorno do investimento de dez anos. Disse que espera que seja elaborada uma Resolução mais gradativa e mais justa. Na sequência foi dada a palavra ao Sr. Tássio Barboza, Assessor Técnico da Abahia Solar. Iniciou dizendo que a geração solar fotovoltaica representa 0,2% da matriz energéticas e pode crescer até atingir entre 5% e 10% sem



causar prejuízo aos demais consumidores. Disse que isso será provado através de planilhas que podem ser discutidas com todos. Com relação à fala do representante da Neoenergia, disse que a Neoenergia utiliza dinheiro do Programa de Eficiência Energética – PEE para subsidiar 50% da energia solar de pessoas que têm que pagar um boleto de quatro a oito mil reais. Questionou qual seria o poder de uma decisão equivocada. Disse que estão em uma guerra pela liberdade de gerar a própria energia. Disse que a ANEEL recebeu mil e quinhentas e onze contribuições na Audiência Pública anterior e não levou em consideração. Disse que a ANEEL não considera em suas planilhas os benefícios do autoconsumo. Disse que o setor de energia solar tem o apoio da população e do Congresso Nacional. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Roberto Manoel Corrêa Neto**, Diretor da Cogecom. Lembrou que no primeiro semestre de dois mil e dezoito a ANEEL publicou Nota Técnica com o impacto das mudanças para o mercado de geração distribuída. Lembrou ainda que no segundo semestre de dois mil e dezoito foi publicado AIR com as alternativas propostas e o respectivo impacto para a geração distribuída. O mercado entendeu que a AIR publicado pela ANEEL tinha gatilhos pré-determinados que possibilitariam ao investidor concluir seus empreendimentos e aí haveria uma regra de transição que respeitaria a todos. Disse que naquele momento a ANEEL estava coerente. Disse que em dois mil e dezenove foi feita uma nova audiência para discutir a AIR da ANEEL e seis meses depois foi apresentada uma nova AIR mudando a proposta inicial e apresentando a Alternativa Cinco que nunca tinha sido cogitada. Disse que os investimentos estão parados, os investidores estão inseguros pela falta de segurança regulatória. Pediu que se mantenha a discussão sobre a AIR e não sobre uma alteração da REN 482/2012. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Patrick Ludtke**, Diretor de Operação da EMGD. Iniciou dizendo que o principal motivador dessa discussão é tornar o sistema elétrico do Brasil mais eficiente e sustentável e assim reduzir custos para toda a população. Disse que se a ANEEL e o MME continuarem com uma mentalidade retrógrada o sistema elétrico continuará cada vez mais ineficiente, gerando custos para a população. Disse que a lógica do subsídio cruzado se dá pelo fato de a ANEEL não considerar todos os benefícios da geração distribuída. Destacou que a geração distribuída ainda tem pouca penetração e, portanto, não deveria haver alteração da norma no momento. Disse que o mundo está evoluindo, estão surgindo novas tecnologias e a ANEEL precisa acompanhar essa evolução. Disse que geração ajudará a reduzir as perdas de energia do setor elétrico, injetando energia mais eficiente. Disse esperar que a ANEEL considere na modelagem todos os parâmetros e variáveis envolvidos. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **André Luiz Gomes**, Diretor de Assuntos Regulatórios do Grupo CPFL. Iniciou dizendo ser a favor do desenvolvimento sustentável da geração distribuída. Ressaltou que rede de distribuição é uma infraestrutura necessária e tem um custo fixo. Disse que é importante essa discussão para que se crie um regulamento sustentável. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Gilson Souza Souto Júnior**, Diretor da GS Souto engenharia. Disse ser estranho que a ANEEL não possa considerar os ganhos indiretos da geração distribuída. Questionou então qual foi a motivação pra criar a geração distribuída se não são considerados todos os benefícios. Disse que as AIRs publicadas nos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezenove disseram que a GD causaria um prejuízo da ordem de setenta bilhões de reais. Disse que seu grupo fez os cálculos e concluiu que esse valor de setenta bilhões de reais só seria atingido quando a geração distribuída estivesse em 50GW, o que representa 25% do mercado gerador de energia do Brasil. Solicitou que a ANEEL garanta a segurança jurídica do mercado de geração distribuída. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Camila Ribeiro Nascimento Gusmão**, Gerente Comercial da Win Energias Renováveis. Disse que não é hora de alterar a norma e destacou os benefícios da geração distribuída, inclusive os socioambientais. Disse que modificar as regras no meio do jogo pode acarretar muitos problemas. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Virgínia Parente**, Professora da Universidade de São Paulo – USP. Lembrou que a Universidade não é apenas um centro de ensino, é também um centro de pesquisa e inovação e um local de contribuição para marcos regulatórios. Reconheceu



a função regulatória é muito difícil. Lembrou que nos primórdios da regulação houve uma disputa entre o Norte e o Sul nos Estados Unidos. Contou que o Sul era considerado mais atrasado, mais ligado à terra e reclamavam que os donos das ferrovias estavam inviabilizando o escoamento da produção. Disse que o Sul levou à questão à Suprema Corte e, surpreendentemente, obteve ganho de causa, pois o Judiciário Americano considerou que, quando algum empresário executa uma atividade de interesse público, essa atividade precisa ser regulada e o monopolista não pode inviabilizar o negócio de outros. Lembrou que no Relatório de Reestruturação do Setor Elétrico - RESEB houve a desverticalização do setor e hoje vemos que a distribuição tem um braço na geração distribuída. Disse que há muita assimetria de informações e que há um desequilíbrio entre o braço de geração distribuída das distribuidoras e dos demais empreendedores de geração distribuída. Disse que existe que a geração distribuída é uma disruptura tecnológica e que deve haver um ambiente saudável de concorrência. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Ido Bet**, Diretor da PHB Eletrônica Ltda. Disse que é necessário pagar pelo fio, mas sem “matar” a geração distribuída. Disse que o setor quer diálogo para encontrar a solução correta. Disse que a geração distribuída tem uma série de benefícios para o planeta. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Leonardo Souza**, Advogado da Associação Baiana de Energia Solar. Iniciou dizendo que a AIR não leva em consideração duas questões extremamente importantes. Disse que, com a nova Lei das Agências Reguladoras, é importante que a AIR leve em consideração as contribuições feitas nessa audiência pública. Disse que não há como chegar a um consenso sem reduzir a assimetria das premissas de cálculo. Disse que qualquer proposta precisa ser exaustivamente discutida com todos os envolvidos. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Joaquim Caldas Rolim de Oliveira**, Coordenador do Núcleo de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC. Iniciou conclamando todos os conselhos de consumidores a avaliar profundamente o tema em discussão. Disse que o setor industrial precisa de energia com qualidade e a preços competitivos. Disse que apenas em um mês será gasto um bilhão de reais por conta das bandeiras tarifárias e nos últimos vinte e quatro meses foram gastos mais de quinze bilhões de reais. Disse que a CDE tem um orçamento de vinte bilhões de reais em dois mil e dezenove. Afirmou que a geração distribuída é disruptiva, tem implementação rápida e um custo competitivo. Disse que quanto mais geração distribuída houver, menos haverá bandeiras tarifárias. Propôs que sejam feitas instalações de painéis solares nas casas do “Minha Casa Minha Vida” utilizando subsídio para consumidores de baixa renda presente na CDE. Solicitou que sejam calculados todos os atributos da geração distribuída. Disse que houve uma mudança muito brusca na proposta da ANEEL e solicitou mais prazo para discussão. Lembrou que o horário de pico no Brasil mudou para o meio da tarde, horário em que a geração solar está em seu auge. Disse que na planilha da ANEEL consta que o custo de capital para o consumidor local é de 4%, porem questionou quem faria investimento com esse valor de custo de capital. Disse que o custo de energia evitada a ser considerado deveria ser, no mínimo, o custo do ACR. Disse que mercado potencial de consumidores considerado pela ANEEL seis milhões de consumidores, mas deveria ser, segundo seus cálculos, quatro milhões e duzentos mil consumidores. Disse que a geração remota está com payback insustentável de acordo com a proposta. Solicitou mais prazo para discussão do tema e análise dos cálculos. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Carlos Felipe da Cunha Faria**, Diretor da AEVO. Disse que os números apresentados pela ANEEL não representam uma política de abundância e liberdade. Disse que nos Estados Unidos alteraram a legislação que trata da energia solar somente após essa fonte atingir 25% da matriz energética e foi em razão da inclusão das baterias na legislação. Destacou que 82% dos estudos sobre subsídios na geração distribuída apontam que a geração distribuída sai com valor positivo em relação ao seu custo. Disse ainda que esses estudos mostram os benefícios, sociais, econômicos e ambientais devidamente quantificados. Destacou que o setor de energia solar é aquele que mais gera empregos no mundo. Se colocou a disposição para desenvolver um programa social utilizando energia solar fotovoltaica



que levaria a zero os subsídios da Tarifa Social. Disse que não é possível aceitar a manutenção de monopólios que estão há muitos anos usufruindo do dinheiro da população. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **José Luiz Nobre**, Presidente do Conselho de Consumidores da Cemig. Iniciou falando sobre a função dos conselhos de consumidores de energia elétrica. Afirmou que contratos legais em vigor devem ser respeitados. Disse que ninguém se preocupa com a redução de impostos, há apenas planos para reduzir encargos e subsídios. Disse ser contra a existência de qualquer subsídio e encargo dentro da tarifa de energia elétrica. Afirmou que esses subsídios devem vir através de políticas públicas. Reconhece a importância e o valor da geração distribuída e que o Executivo e Legislativo devem se debruçar sobre o tema e criar uma legislação boa para todos. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Bernardo Sicsú**, Diretor Técnico da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel. Iniciou propondo que seja possível a comercialização do excedente de geração distribuída. Explicou que essa é uma proposta desenvolvida pela Abraceel em dois mil e catorze, em dois mil e quinze a CCEE desenvolveu o operacional dessa proposta, a qual representa ganhos para todo o setor. Destacou que no início do ano esse tema foi objeto do ProGD do Governo Federal, contando com o apoio inclusive da CCEE, EPE e ANEEL. Disse que esse tema continuará sendo estudado e será regulamentado o mais breve possível. Disse que o Portal Solar fez uma votação da qual participaram vinte e seis mil consumidores, empresários e fabricantes relacionados à geração distribuída e que 83% manifestaram interesse na venda de energia excedente. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Mara Schwengber**, Diretora da G5 Solar. Iniciou dizendo que a ANEEL deveria realizar audiências em outros Estados para discutir o tema, principalmente no Rio Grande do Sul, que tem a segunda maior potência instalada. Disse que não é possível aceitar que a ANEEL não considere a geração de emprego e renda por meio da geração distribuída. Relatou que no Rio Grande do Sul diversos imóveis dos mais variados portes têm instalado painéis solares por meio de linhas de crédito nas quais é possível trocar a conta de luz por parcelas. Afirmou que após o término do pagamento da usina o recurso retorna para a sociedade através do giro de recursos financeiros dentro da própria região. Disse que seu município tem cento e trinta mil habitantes, é o sexto do Brasil em potência instalada e tem uma economia de onze milhões de reais por ano com a geração solar. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Ricardo Correia**, Diretor Técnico da Energy Green. Iniciou dizendo que o setor de geração distribuída é forte e continuará batalhando para permanecer assim. Disse acreditar que essa audiência pública é a de maior público da história da ANEEL, o que mostra a importância do tema. Disse que deve ser feita uma CPI das concessionárias de distribuição. Ressaltou que, segundo pesquisa da ABSOLAR, 90% dos consumidores querem e apoiam a energia solar. Relatou que nos Estados da Bahia e Pernambuco a Neoenergia está oferecendo kits com 50% de desconto para os clientes utilizando recursos do PEE. Questionou se as concessionárias não estão interessadas em acabar com os micro e minigeradores para elas próprias poderem oferecer a geração distribuída. Disse que, desde a decisão da ANEEL do dia quinze de outubro de dois mil e dezenove, as empresas de geração distribuída estão com seu faturamento prejudicado. Disse que a ANEEL “sepultará” a geração distribuída no Brasil, caso seja aprovada a proposta apresentada pela Agência. Relatou que foram recebidos no Ministério da Economia pelo Sr. Leandro Moreira, o qual, segundo ele, não deu a devida atenção aos representantes do setor de energia solar do Estado do Ceará. Disse que confia na ANEEL e espera que a Agência seja coerente em sua decisão. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Hans Rauschmayer**, Sócio Gerente da Solarize. Iniciou reconhecendo que sempre houve diálogo entre a ANEEL e o setor de geração distribuída e, portanto, não compreende a mudança de postura por parte da Agência nesse processo. Disse que quem instala energia solar são as famílias. Disse que hoje em dia há linhas de crédito e não precisa ser rico para instalar esses sistemas. Disse que a concessionária vende a energia injetada pelos sistemas solares fotovoltaicos para os vizinhos sem a ocorrência de perdas técnicas e esse benefício deve ser



considerado. Disse que a taxa de 62% não é justa. Disse que hoje há mais de dez instalações fotovoltaicas no Morro Santa Marta no Rio de Janeiro, levando redução de custos para creches e instituições públicas. Informou que esse projeto está sendo expandido para outras quinze favelas do Rio de Janeiro. Ressaltou que o dinheiro ganho com a geração distribuída movimenta a economia local. Disse que não se deve manter o modelo antiquado de geração de energia. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Duguai Pereira**, Diretor da Paulisol. Iniciou dizendo ser mentira a fala das concessionárias de que as pessoas que possuem geração distribuída não pagam nada. Disse que o setor quer ser tratado com igualdade e quer ter a autonomia de gerar a própria energia. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **William dos Santos Anjo**, Presidente da WA Engenharia. Disse que não se pode aceitar uma imposição do Órgão Regulador que não tem cálculos explícitos e que não foi analisado de forma real. Disse que os brasileiros estão mudando e está na hora da ANEEL mudar também. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **João Ricardo Somensi**, Diretor da UVA Energia Solar. Iniciou dizendo que as premissas utilizadas pela ANEEL foram erradas e os fundamentos são atrasados. Lembrou que o arcabouço regulatório é dos anos noventa e, considerando as novas tecnologias, está antiquado. Disse que é necessário um novo marco regulatório e isso deve ser uma discussão da sociedade brasileira a ser feita no Congresso nacional e por iniciativa do Poder Executivo. Disse que a REN 482/2012 precisa continuar do jeito que está até que o marco regulatório do país seja atualizado. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Joilson Costa**, Coordenador Executivo da Frente por Uma Nova Política Energética. Iniciou reconhecendo a importância do sistema de compensação de energia elétrica criado pela ANEEL. Disse que os Deputados e Senadores ajudariam o setor se fizessem um Projeto de Lei estabelecendo a Tarifa Feed-in, possibilitando ao consumidor a venda de seu excedente de energia. Disse que deve ser mantida Alternativa Zero até que se considere todos os benefícios da geração distribuída. Disse que a tarifa elétrica já subsidia diversas coisas e a questão é saber se o subsídio é necessário ou justo. Sugeriu questionar a população brasileira sobre o interesse no subsídio do setor. Solicitou que a ANEEL prorogue o prazo da audiência pública e realize audiências em outros Estados do Brasil. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Nelson Colaferro Júnior**, Presidente da Bluesol. Afirmou que na ponta a geração distribuída não produz subsídio cruzado. Explicou que a ideia do subsídio acontece pela desconsideração dos inúmeros benefícios que a geração distribuída traz ao sistema. Disse que trabalha há dez anos no seguimento e nunca viu um centavo de incentivo. Parabenizou a ANEEL pela criação da REN 482/2012 e disse que a REN 687/2015 fez o setor crescer. Disse que o setor tem gerado emprego e renda no país e pode contribuir muito com o meio ambiente também. Disse que após a decisão da ANEEL ocorrida em outubro de dois mil e dezenove os investidores saíram, os consumidores estão pedindo o dinheiro de volta. Disse que clientes com possibilidade de adesão à geração distribuída estão repensando suas decisões devido à insegurança. Pediu que a ANEEL devolva a ordem e a segurança para o segmento de geração distribuída. Disse que espera que, após essa discussão, possa haver um diálogo em condição de igualdade para o estabelecimento de um modelo que ao longo do tempo possa ser adaptado às diversas necessidades e características de um setor complexo como o setor elétrico. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Antônio Erildo Lemos Pontes**, Presidente do Conselho de Consumidores da Enel distribuição Ceará. Relatou que compareceu a um seminário sobre geração distribuída realizada na ANEEL que contava a experiência da Alemanha e que um dos palestrantes disse que o primeiro marco regulatório do tema na Alemanha tinha duas ou três páginas e de lá para cá houve diversas atualizações e possui hoje mais cento e quarenta páginas. Disse que a geração distribuída no Brasil ainda está começando. Ressaltou que o meio rural sofre com a má qualidade da energia e a geração distribuída nas propriedades rurais é uma solução. Disse que as distribuidoras precisam se preparar para ter um faturamento menor de agora em diante. Disse que o papel da ANEEL é de equilibrar o sistema. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Fillipe Soares**, Diretor Técnico da



Abrace. Iniciou destacando a grande importância das novas tecnologias, que em menos de dez anos tiveram uma redução de mais de 50% em seu custo de implantação. Destacou ainda que mais de 50% da tarifa de energia elétrica é composta por impostos, taxas e encargos. Disse que para a indústria esse custo permeado de subsídios e políticas públicas resulta na perda de produção e empregos. Afirmou que a expansão do segmento de geração distribuída não deveria seguir o caminho do subsídio, o caminho correto é o do mercado e do correto preço. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Raphael Coelho Marquez**, Consumidor. Disse que o sistema tradicional de geração das hidrelétricas tem perdas, as quais são colocadas na conta do consumidor. Disse que muitas famílias hoje vivem da geração solar fotovoltaica. Disse que o subsídio cruzado é um mito, pois a ANEEL desconsidera diversos benefícios da geração distribuída. Disse que se o país estivesse crescendo a uma taxa de 4% ao ano haveria apagões pela falta de energia elétrica. Com relação à fala de que a geração distribuída, impulsionada pelo payback, pode atrapalhar a previsibilidade de compra de energia a longo prazo pelas distribuidoras, questionou o que seria mais importante para a ANEEL. Disse que espera que a ANEEL tome sua decisão pensando no povo e não no lucro das distribuidoras. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Benildo Aguiar**, Presidente do SINDIENERGIA-CE. Lembrou que além da presente discussão, em breve será implantada a Tarifa Binômica e o payback, segundo estudos da EPE, passaria de 4,9 anos para 6,9 anos, sem se considerar qualquer alteração na REN 482/2012. Relatou que não foram bem recebidos em reunião ocorrida no Ministério da Economia. Informou que está em fase de contratação de um Grupo de Estudos da USP para apresentar uma proposta técnica para contrapor à da ANEEL. Afirmou ainda estar dialogando com os parlamentares visando a uma regulamentação do setor. Lembrou que as bandeiras tarifárias nos últimos vinte e quatro meses geraram um acréscimo de R\$7,47/mês na conta de todos os consumidores, totalizando um montante de quinze bilhões de reais. Disse que a proposta da ANEEL retira o empoderamento do consumidor e favorece o monopólio das distribuidoras. Questionou o fato de as distribuidoras oferecerem geração distribuída para seus clientes utilizando recursos do PEE. Pediu que a ANEEL não “mate” a geração distribuída. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Renato Bonadiman**, Assessor do Senador Luís Carlos Heinze. Informou que o Senador Luís Carlos Heinz propôs no dia vinte cinco de outubro de dois mil e dezenove uma audiência pública na Comissão de Agricultura do Senado, a qual foi aprovada. Informou que a data será agendada em breve. Disse que a geração distribuída tem grande impacto no setor agropecuário, pois é utilizada na avicultura, suinocultura, criação de gados e produção de grãos. Disse que o Senador é a favor de que não se retirem os benefícios ao setor contidos na REN 482/2012 e que se busque uma alternativa através da Câmara dos Deputados e Senado Federal com a criação de uma Frente Parlamentar Mista para discussão do tema. Em seguida foi dada a palavra a Sra. **Roseli Doreto**, Diretora da ENERGYBRAS. Iniciou dizendo que é difícil ser integrador. Disse que participou ativamente das discussões para a elaboração da REN 482/2012 e parabenizou a ANEEL pela iniciativa à época. Reconheceu a seriedade do trabalho feito pela ANEEL. Disse que o mercado de geração distribuída cresceu mais a partir de dois mil e quinze. Disse ter certeza que o setor de geração distribuída não irá desaparecer, visto que há escassez dos recursos hídricos e demanda crescente por energia em nosso país. Disse ter certeza que a ANEEL irá respeitar os contratos já existentes. Disse que o mercado de geração distribuída irá acabar, caso seja aprovada a Alternativa Cinco proposta pela ANEEL, o que elevaria demasiadamente o payback. Disse que as distribuidoras terão que se adequar e fazer melhoria nas redes de distribuição, as quais estão sucateadas. Disse que é necessário unir forças e mostrar o quanto esse mercado precisa continuar. Denunciou o fato de distribuidoras abrirem empresas para fornecer geração distribuída e dando 50% de desconto utilizando recursos do PEE. Disse que a ANEEL não tem servidores suficientes para fazer a fiscalização das distribuidoras. Disse que é necessário incentivar as fontes renováveis. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Juan



Antônio Cuervo Cibils, Secretário Executivo da Revolusolar. Disse que a Revolusolar é uma ONG sem fins lucrativos e atua desde dois mil e dezesseis nas Favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira no Rio de Janeiro. Relatou que já fizeram três instalações solares nessas comunidades, duas em comércios e uma em escola, e tem outras três em andamento, que serão instaladas em casas de famílias dessas comunidades. Disse que também capacitam os moradores, tendo catorze eletricitistas formados na favela. Disse que trabalha também com a conscientização ambiental da população. Lembrou que as perdas não técnicas são um problema grave no Rio de Janeiro e, através de modelos mais inclusivos, é possível criar mudanças estruturais. Solicitou que a revisão da norma seja adiada para o aprofundamento das conversas e que seja mantida a Alternativa Zero. Em seguida foi dada a palavra a Sra. **Ângela Magalhães Gomes**, Superintendente de Regulação da Light, que estava ausente e foi representada por um Sr. que não se identificou. Disse que o trabalho realizado pela geração distribuída é muito bom, gera empregos e propicia o crescimento econômico do país. Disse ser a favor do crescimento da geração distribuída, mas com sustentabilidade. Disse que a tarifa do consumidor inclui os custos com fio e com energia. Disse que os custos de manutenção da rede não pagos por quem tem geração distribuída são repassados aos demais consumidores que não possuem geração distribuída. Disse que a solução para o problema talvez esteja no Poder Legislativo e não na ANEEL. Na sequência foi dada a palavra ao Sr. **José Mauro Dedemo Orlandini**, representante do Conselho de Consumidores da Elektro. Relatou que há dez anos foi criado o Fórum Nacional dos Conselhos de Consumidores e já havia a preocupação com a energia que seria necessária para acompanhar o desenvolvimento do país. Disse que a ANEEL e o Governo Federal devem buscar alternativas que não impactem as tarifas dos consumidores. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Hewerton Martins**, Líder do Movimento Solar Livre. Iniciou dizendo que o diálogo entre o setor de geração distribuída e a ANEEL foi quebrado. Alertou que as grandes concessionárias de distribuição já estão com planos de negócio prontos para oferecer geração solar. Disse que as distribuidoras boicotam os projetos de geração distribuída. Disse que modelo do setor elétrico de monopólio é ultrapassado e a geração distribuída é o futuro. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Roberto Wagner Lima Pereira**, Especialista em Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Disse que é necessário manter um equilíbrio nesse processo: um equilíbrio entre os incentivos para a geração distribuída e o pagamento dos custos da rede de distribuição. Sugeriu que esse processo esteja casado com outros Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional e que alteram a forma de comercialização da energia elétrica. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Alessandro Sanches**, Gerente Executivo da Associação Brasileira do Biogás – Abiogás. Lembrou que geração distribuída não é só fotovoltaica, existe também o biogás. Disse que o biogás é uma energia de base, produzida na ponta, despachável e de qualidade. Disse que as contribuições enviadas pelo setor de biogás na audiência anterior não foram aceitas em sua maioria. Disse que a culpa do alto valor da tarifa não é da geração distribuída e sim da importação de energia, subsídios ao petróleo e utilização de termelétricas à carvão. Disse que o terceiro maior custo existente no setor elétrico são as perdas e a geração distribuída justamente combate as perdas. Disse que são importantes estudos que entendam os benefícios e características de cada fonte. Solicitou o adiamento da revisão da norma para que se façam estudos profundos sobre os benefícios diretos e indiretos da geração distribuída. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Raul Amaral Júnior**, Conselheiro da CS Renováveis. Iniciou dizendo que a geração distribuída está em vias de acabar, caso seja aprovada a proposta da ANEEL. Denunciou que as distribuidoras estão criando empresas para explorar o mercado de geração distribuída utilizando recursos do PEE. Afirmou que o desenvolvimento do mercado de geração distribuída trouxe ganhos sociais para o país e não pode sofrer retrocesso. Afirmou que qualquer retrocesso que fira os direitos fundamentais é proibido pelo ordenamento jurídico. Disse que o papel da Agência Reguladora é equilibrar o interesse dos Agentes. Denunciou



que a distribuidora utiliza a conta de energia para fazer cobrança da empresa criada por ela e que oferece a geração distribuída. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Thiago Diniz**, Diretor Executivo da Satrix Energias Renováveis. Iniciou dizendo que o mercado de geração distribuída abriu oportunidade para novas empresas. Disse que as mudanças propostas provocarão desempregos no setor de geração distribuída. Questionou se o Brasil tem energia suficiente caso haja um crescimento econômico da ordem de 4% ao ano. Afirmou que a geração distribuída ajuda a desafogar o sistema. Solicitou que a Alternativa Zero permaneça e salientou que a geração distribuída tem representatividade ainda muito pequena na matriz energética. Disse que o Brasil não pode ficar atrás do resto do mundo nesses avanços. Na sequência foi concedida a palavra ao Sr. **Gilmar Ogawa**, Vice-Presidente do Conselho de Consumidores da Enel São Paulo. Fez a leitura de um documento escrito no Século XIX intitulado “A Petição dos Fabricantes de Velas” e fez uma analogia com processo em discussão. Conclui dizendo que a indústria da vela continua produzindo vela e sobreviveu à Thomas Edson. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **José Guilherme**, representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Disse que o Sebrae incentiva o empreendedorismo e fator estratégico mais importante é a geração de energia, sem isso não há como ser competitivos e produtivos. Disse que é necessário olhar o custo de energia como fator crucial para a competitividade internacional. Disse que os empreendedores de geração distribuída são heróis por terem empreendido em um momento de crise. Disse que o Sebrae está ao lado do setor de geração distribuída e lembrou que o mundo está pensando nas energias renováveis e o Brasil deve aproveitar o nível de insolação existente. Disse que apoiar as energias renováveis é apoiar o Brasil e pensar no futuro. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Rafael Sampaio Vale**, Presidente da COOBER. Fez a leitura de trecho Plano Decenal de Expansão de 2027 feito pela EPE: “...quando posicionada em lugares adequados a geração distribuída pode reduzir perdas de energia e aliviar a carga das redes de distribuição e transmissão, postergando investimentos novos de reforço na rede...” Disse que no ano de dois mil e dezesseis montou junto com mais vinte e duas pessoas a primeira cooperativa de geração distribuída do Brasil, localizada no interior do Estado do Pará. Destacou que o Pará tem a segunda tarifa de energia elétrica mais cara do Brasil e ainda tem vinte um sistemas isolados que queimam óleo diesel. Questionou se não seria mais interessante substituir os geradores a diesel por painéis solares. Disse que é preciso pensar nas pessoas que não tem condições de participar dessa democratização da energia. A Presidência da Mesa foi assumida pelo Superintendente de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública – SMA **André Ruelli**. Foi concedida então a palavra ao Sr. **Gilberto de Camargos Cunha Junior**, Diretor Operacional da Esol Brasil. Iniciou dizendo que Uberlândia – MG, sua cidade natal, foi pioneira por instalar o primeiro sistema solar fotovoltaico. Destacou ainda que a cidade ocupa a terceira posição no ranking nacional de potência instalada e é uma cidade que respira inovação. Disse que os maiores mercados do mundo são energia e alimento e sem energia não se produz alimentos. Afirmou que energia é poder e o poder está nas mãos dos grandes oligopólios. Disse que a energia solar da geração centralizada tem subsídio de 50%, já na geração distribuída não. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Oswaldo Guazelli**, Vice-Presidente do Conselho de Consumidores da CEEE. Iniciou dizendo que o Conselho de Consumidores da CEEE é totalmente contra a qualquer taxação à energia solar fotovoltaica. Disse que a geração solar fotovoltaica diminuiria o acionamento das bandeiras tarifárias e reduziria a necessidade de ampliação das redes de transmissão e distribuição. Disse que, se após o debate, definir-se por uma taxação, que ela seja de no máximo 5%. Caso haja mudança na regra, solicitou que haja um prazo mais longo para implementação. Disse que todos os investimentos que foram feitos devem permanecer na regra atual por no mínimo vinte e cinco anos. Na sequência foi dada a palavra a Sra. **Andrea Filgueiras**, CEO da Ideias Energia Sustentável. Disse que sua empresa tinha planos de implantar 100MW em geração distribuída remota, o que representaria um investimento de quatrocentos milhões de reais.



Disse que agora não sabe o que dizer aos investidores e aos clientes. Disse que a energia elétrica é um recurso muito importante, sendo imprescindível para a vida e para a produtividade. Questionou se as projeções feitas pela ANEEL serão acertadas daqui a dez anos, pois novas tecnologias e novas formas de mercado surgirão. Afirmou que mudar a norma antes de ter um mercado maduro é matar a possibilidade de investimento no setor pela iniciativa privada. Disse que os empreendedores buscam cada vez mais a inovação, não somente para a manutenção de um mercado sustentável, mas também para conseguir cada vez mais ganhos para a população. Pediu que a ANEEL reconsidere as mudanças proposta, principalmente com relação à geração distribuída remota. Disse que os investidores têm vontade de investir no Brasil, mas estão com medo, principalmente após da decisão da ANEEL ocorrida em outubro de dois mil e dezenove. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Mário Henrique Bordignon**, Diretor da Solar Serra. Iniciou dizendo que mais de 80% de seus clientes são produtores rurais, pessoas de baixa renda, e que buscam financiamento para instalação dos sistemas fotovoltaicos. Lembrou que todos os consumidores pagam a bandeira tarifária. Solicitou que a ANEEL postergue a discussão e realize audiências públicas em outros Estados. Disse que foram gastos 38,6 bilhões de reais para a construção da Usina de Belo Monte. Disse que, se o mesmo valor fosse investido pela iniciativa privada em geração solar fotovoltaica, implicaria em 12GW de potência instalada, o que representaria 2GW a mais que a Usina de Belo Monte. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Carlos Eduardo**, representante da GESTTOR Energia. Lembrou do apagão ocorrido no ano de dois mil e um e disse que a ANEEL criou o PEE. Disse que o PEE levava em conta dois fundamentos: a redução de energia na ponta e a energia economizada. Explicou que esses fatores geravam um cálculo de custo x benefício, com o qual se sabia se o projeto a ser implementado era ou não viável. Lembrou que esse ano não tivemos horário de verão porque já não havia economia significativa, pois o horário de ponta mudou para o meio da tarde. Ressaltou que é justamente nesse horário de ponta atual que há a maior contribuição da energia solar fotovoltaica. Disse que é um contrassenso total criar um desestímulo para a geração distribuída. Disse que as concessionárias oferecem geração distribuída utilizando recursos do PEE. Lembrou ainda o problema da utilização das térmicas e acionamento das bandeiras tarifária. Desafiou a ANEEL a fazer um laudo técnico com a emissão de uma Anotação de Responsabilidade Técnica – ART que garantisse a segurança energética em um cenário de crescimento do país. Disse que os contratos são feitos com uma viabilidade econômica que considera um cenário de vinte e cinco anos e a ANEEL não deveria mudar para um cenário de dez anos. Solicitou que seja mantida a Alternativa Zero e que sejam criadas linhas de financiamento via BNDES para a geração distribuída. Propôs ainda que seja possível a comercialização dos excedentes de energia da geração distribuída. O Superintendente da SMA, **André Ruelli**, reforçou que a ANEEL é a casa do diálogo, vai ouvir todos os inscritos e solicitou que os expositores se atenham ao tempo. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Cibele Marques Almeida**, Representante da Ecoplan. Iniciou dizendo que não é verdade que os profissionais de energia solar batem à porta dos consumidores prometendo “zerar” a conta de energia elétrica. Disse ainda que não é verdade que os consumidores mais pobres pagam pelos que possuem geração distribuída e também não é verdade que quem tem geração distribuída não paga pelo uso da rede de distribuição. Solicitou à ANEEL que fiscalize as distribuidoras e que propicie um mercado regulado, equilibrado e gere crescimento ao país. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Alex França**, Coordenador do Movimento Baía Viva. Iniciou destacando que ontem mais de mil cientistas assinaram um documento alertando para o aquecimento global. Disse que nenhuma norma pode ir de encontro às questões ambientais. Relatou que faz um trabalho de profissionalização nas favelas do Rio de Janeiro. Disse que a matriz energética tem que ser revista para utilizar mais energias limpas e renováveis, com mais geração de renda para a população. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Sávio Franca**, cidadão. Disse que o impacto projetado pela ANEEL é de cinquenta e seis bilhões nos próximos



quinze anos se mantida as regras atuais. Disse que é necessário encontrar uma forma de não prejudicar o mercado de geração distribuída. Em seguida foi concedida a palavra a Sra. **Eliana Cavalcante**, Representante da ALSolar. Disse que fala em nome de doze mil empresas e todas as pessoas que essas empresas ajudam. Disse que a Alternativa Cinco proposta pela ANEEL não é boa para ninguém. Disse que a recuperação econômica do Brasil vai demandar mais energia elétrica e a energia solar é uma fonte limpa. Afirmou que é necessário fortalecer a energia solar e as outras fontes de geração distribuída em prol do futuro. Disse que um mercado tão crucial como o de geração distribuída não pode ser “abortado” tão prematuramente. Disse que todos os políticos estão com o setor de geração distribuída porque estão do lado da verdade. Disse que a capacidade produtiva do Brasil está em jogo e a energia solar é fundamental. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Carlos Sena**, Representante da Classe Industrial do Conselho de Consumidores da EDP Espírito Santo. Iniciou dizendo que o papel da ANEEL é equilibrar as relações. Disse que às vezes é melhor ter menos regulação, pois muita regulação prejudica a economia e, nesse caso, prejudica uma atividade que pode ser pujante. Disse que é preciso empoderar o consumidor. Disse que a discussão se polarizou e o diálogo se tornou difícil. Disse que os números apresentados pela ANEEL não foram transparentes. Disse que não está havendo nem estabilidade e nem previsibilidade nesse momento, pois a ANEEL mudou radicalmente a sua proposta. Disse que o setor de micro e mini geração distribuída está paralisado. Disse que as distribuidoras estão sendo muito bem remuneradas pelas pessoas que possuem geração distribuída. Solicitou que essa discussão seja reiniciada considerando todos os benefícios da geração distribuída. Solicitou que a discussão seja suspensa e a Minuta de Resolução seja feita do zero, caso contrário a geração distribuída será inviabilizada. Afirmou que o Brasil se aproxima de uma nova crise hidrológica. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Francisco Nelson**, Vice-Presidente do Sindienergia – MT. Iniciou dizendo que atua no setor elétrico há vinte anos e já vivenciou diversas fases. Disse que as distribuidoras de energia são parceiras e são importantes para que o sistema de distribuição funcione. Disse que as distribuidoras devem ser remuneradas pelo uso do sistema de distribuição, porém é muito cedo para alterar a REN 482/2012. Relatou que foi um dos primeiros empresários a utilizar o Proinfa para geração hídrica. Destacou a importância do Proinfa para o aumento de usinas eólicas e PCHs. Disse que entre dois mil e catorze e dois mil e dezoito foram pagos trinta e cinco bilhões por conta do acionamento das bandeiras tarifárias, mesmo com a economia em desaceleração. Disse que é a favor da adoção da Alternativa Zero com gatilho para a Alternativa Um quando o mercado de geração distribuída chegar a um nível que impacte realmente as tarifas. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Gabriel Guimarães Ferreira**, Diretor da G5 Solar. Iniciou dizendo que reconhece a limitação de competências da ANEEL para regulamentação de determinados temas, mas esse é um problema sistêmico do Brasil. Afirmou que a sociedade civil é a favor da geração distribuída e da expansão dessa fonte. Ressaltou que não é possível aprovar uma legislação que vá frear a geração distribuída. Informou que foi feito um abaixo-assinado que já conta com aproximadamente trezentas mil assinaturas, o qual será entregue à ANEEL e aos membros do Poder Legislativo. Disse que a ANEEL precisa fiscalizar problemas de faturamento de conta e falta de qualidade no fornecimento. Solicitou ainda a fiscalização quanto à prática das distribuidoras de oferecer geração distribuída utilizando recursos do PEE. Disse que a geração distribuída é uma oportunidade única de levar desenvolvimento social, econômico e ambiental para o Brasil. Destacou que o Brasil está indo na contramão do mundo e “sujando” sua matriz energética. Disse que a geração distribuída fomenta a economia local e gera desenvolvimento para o país. Disse que é favor da Alternativa Zero. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Guilherme Massignan Berejuk**, Titular da Área de Energia da Martorelli. Iniciou louvando o fato de a ANEEL ter possibilitado aos consumidores produzir a própria energia podendo utilizar as facilidades de uma rede física. Disse que a geração distribuída é reflexo de uma democratização do acesso à energia e que resulta dos avanços tecnológicos cumulativos. Afirmou que o processo



iniciado pela ANEEL não tem volta. Lembrou que Professora da USP Virgínia Parente falou sobre as características do monopólio natural. Disse que as distribuidoras prestam um serviço público, mas os usuários têm suas necessidades e a distribuidora deve se adaptar a essas necessidades. Disse que a tarifa é o único meio que a legislação permite para remuneração dos serviços públicos e a ANEEL se preocupa com a regulação tarifária. Disse que inicialmente se determina a receita requerida da concessionária, depois define-se o mercado e só então se passa a fase da abertura tarifária, de modo que cada usuário da rede pague a remuneração adequada. Questionou qual é a remuneração devida e estranhou o fato de as empresas não pedirem o reequilíbrio econômico-financeiro. Disse que é necessário olhar os custos e benefícios totais da geração distribuída. Disse que a geração distribuída está em vias de sofrer barreiras de acesso ao sistema de distribuição, as quais são questionáveis juridicamente. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Einar Tribuci**, Sócio da Tribuci Advogados. Iniciou dizendo que Lei de Criação da ANEEL estabelece a promoção da concorrência como atributo fundamental da Agência. Disse que as distribuidoras apresentaram uma informação equivocada de que os consumidores pobres estariam pagando pelos que possuem geração distribuída. Disse que não é necessário comprar um sistema de geração distribuída, é possível também a locação, e a população menos favorecida não sabe disso por falta de informação. Disse que a ANEEL deveria buscar ações para que a população mais carente tivesse acesso à geração distribuída. Disse que na presente audiência pública tem observado ofensas graves ao direito administrativo. A Supremacia do Interesse Público é demonstrada pelo interesse da maioria na geração distribuída. Lembrou que 61% das contribuições realizadas após a AIR nº4/2018 não foram acatadas. Disse que o número é muito grande. Disse que na Nota Técnica notam-se contribuições de distribuidoras e alguns conselhos de consumidores, as quais fundamentaram a proposta de alteração da REN 482/2012. Disse que premissas foram adotadas equivocadamente pela ANEEL e trazem prejuízo para a decisão tomada. Disse que há uma grande insegurança jurídica e não está sendo respeitado o direito adquirido. Disse que as pessoas que assinaram contrato têm direito de usufruir o benefício por toda a vida útil do equipamento. Disse que a perda dos benefícios da geração distribuída por simples transferência de titularidade não faz qualquer sentido. Disse que falta no texto da ANEEL tipificação de penas. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Daniel Pina**, diretor de Economia da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de energia. Iniciou dizendo que o diagnóstico da ANEEL é de que o sistema de compensação atual fomenta o subsídio cruzado e, portanto, propõe uma solução regulatória. Disse que o princípio norteador da análise conceitual é bastante simples e eficaz. Disse que a Abiape concorda que os custos da rede de distribuição têm que ser pagos pela geração distribuída na proporção de utilização. Com relação aos encargos, disse que não devem ser pagos pelos consumidores de geração distribuída na proporção de utilização da rede e sim na proporção em que dão causa aos encargos. Disse que CDE, Proinfa e ESS Energético são encargos que incidem sobre a comercialização de energia elétrica e, portanto, não faz sentido a cobrança para a geração distribuída. Disse que tem observado um aumento expressivo dos encargos nos últimos anos, mas não por causa do aumento da geração distribuída. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Fabiano Silveira**, Vice-Presidente do Conselho de Consumidores da Enel Rio. Iniciou dizendo que quem perdem diariamente são os consumidores que pagam diversos subsídios e tributos. Disse que há vários “penduricalhos” na conta de energia do povo brasileiro que impactam muito mais na conta do que a geração distribuída. Disse que não é o momento de rever a REN 482/2012, visto que a representatividade da geração distribuída ainda é pequena. Disse que é preciso rever todo o mercado de energia, o processo de faturamento e os subsídios presentes na fatura. Disse que o problema não é a geração distribuída e é necessário mais tempo para discussão do tema. Disse que é necessário manter a Alternativa Zero até que a geração distribuída realmente tenha um impacto relevante. Disse que deve ser permitida a comercialização da energia excedente e devem ser protegidos os consumidores que já



instalaram o sistema na regra vigente. Na sequência foi concedida a palavra ao Sr. **Ronald Honegger Tomé**, Diretor do Energia Pura. Relatou os problemas advindos pelo acidente nuclear da Usina de Fukushima no Japão. Lembrou que Chernobyl tem lugares que ficarão contaminados por vinte e cinco mil anos. Lembrou ainda dos acidentes ambientais causados pela indústria do petróleo. Ressaltou que a energia solar é inteligente, limpa, renovável, que não agride o meio ambiente. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Diego Lopes de Castro**, Gerente Jurídico da SICES Brasil. Iniciou dizendo que sua empresa é a maior distribuidora de equipamentos voltaicos no Brasil. Disse que a proposta da ANEEL causou um caos ao setor e impacta negativamente todo o setor elétrico, causando ainda aumento de desemprego no Brasil. Questionou se a mudança de proposta no AIR não causará judicialização no futuro. Destacou que o setor de geração distribuída representa apenas 0,3% e a ANEEL não considerou todos os benefícios da geração distribuída. Disse que, se a proposta da ANEEL for aprovada, causará uma grave insegurança jurídica. Sugeriu que sejam regulamentadas as baterias e aí o consumidor decide se utiliza ou não a rede de distribuição. Afirmou que a ANEEL está diante de um grande trade off: permitir que um negócio disruptivo e benéfico para o setor elétrico se desenvolva ou preservar os interesses dos monopólios já existentes. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Carlos Rocha**, representante do Sindienergia-MT. Iniciou dizendo que esse momento é único. Lembrou que a Lei 9427/1996 instituiu a ANEEL. Disse que o setor de geração distribuída não é contra a ANEEL, mas a atual Diretoria da ANEEL sofre de uma surdez súbita. Disse que não é possível que a ANEEL escolha a alternativa que irá “matar” a geração distribuída. Disse que a ANEEL tem que reconhecer todos os benefícios da geração distribuída para o setor elétrico. Propôs que seja construída uma Resolução que atenda efetivamente os anseios da Sociedade Brasileira. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Wellington Gomes Vieira**, Presidente do Conselho de Consumidores da CPFL Santa Cruz. Iniciou parabenizando a ANEEL por manter a agenda da audiência pública. Disse que percebe que as grandes companhias dominam o sistema elétrico e solicitou que sejam realizadas mais audiências públicas em outros Estados para discutir o tema. Disse que ninguém conseguirá impedir o avanço do mercado de geração distribuída, a modernidade veio para ficar. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Carlos Jardim Sena**, Representante do Conselho de Consumidores da EDP Espírito Santo. Iniciou solicitando mais tempo para discussão do tema, pois a proposta não está equilibrada e as premissas estão erradas. Disse que é necessário fazer uma legislação no Congresso Nacional. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Pablo**, Engenheiro Eletricista. Diz ter orgulho de trabalhar no setor de energia solar. Disse que os brasileiros têm poucos motivos para se orgulhar ultimamente e geração solar que seria uma saída econômica para o país está sofrendo com essa discussão. Disse que muitas pessoas tiraram dinheiro do bolso por acreditar no setor e no país. Questionou o porquê de as distribuidoras abrirem empresas para trabalhar com geração distribuída. Afirmou que as concessionárias dificultam o acesso da geração distribuída e solicitou que houvesse uma audiência pública em Minas Gerais. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. **Robson William Pereira da Costa**, representante do Conselho de Consumidores da EDP Espírito Santo. Disse que a partir da REN 412/2012 as pessoas passaram a empreender em projetos para produzir a própria energia. Disse que os consumidores querem uma opção para sair do mercado cativo. Disse que não quer que a REN 482/2012 seja alterada da forma proposta pela ANEEL. Solicitou que a ANEEL não prejudique a geração de energia alternativa, pois traria prejuízo ao Brasil. O Superintendente da SMA, **André Ruelli**, passou então a fazer as considerações finais. Disse que é esse o espírito do processo participativo e que Agência está aberta ao diálogo. Reconheceu que a discussão do tema teve grande repercussão, inclusive no Poder Legislativo. Afirmou que a ANEEL analisará todas as contribuições recebidas e destacou que seis áreas da ANEEL e toda a Diretoria Colegiada estão envolvidas nesse processo. Agradeceu a presença de todos e, nada mais havendo, declarou encerrada a Reunião Presencial. Visando dar total transparência ao

